

DENÚNCIA

SSERP espera parecer da Câmara sobre perseguições a merendeiras

FOTO: Ilustrativa

>> Paulo César Desidério
Redação DS

Figura entre o pequeno expediente da 6ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores, que acontece hoje, 21, um ofício confeccionado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Tangará da Serra (SSERP). O documento denuncia perseguições sofridas por merendeiras que servem escolas do município e pede que a Câmara averigue informações a respeito.

O motivo das ameaças teriam sido divergências sobre a carga horária de trabalho das funcionárias.

De acordo com informações obtidas pela reportagem do DS, as merendeiras trabalhavam seis horas por dia. Porém, o concurso prestado previa 40 horas semanais de jornada de trabalho, sendo, oito por dia.

Deste modo, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Semec) notificou a classe para que a carga fosse cumprida, alegando que isso não prejudicaria o município, já que com o cumprimento da carga de oito horas, o município teria de contratar apenas sete ajudantes de serviços gerais ao invés de 27, número de contratações necessárias caso as funcionárias trabalhas-

sem seis horas por dia.

A denúncia, por sua vez, é contra diretoras de algumas instituições, que conforme as merendeiras, teriam praticado tortura psicológica contra elas. Segundo o presidente do Sindicato, Eduardo Pereira, o posicionamento da entidade é que se trabalhe em cima da lei. Mesmo assim, a denúncia foi feita para que as funcionárias fossem amparadas quanto às ameaças recebidas.

“O Sindicato oficialmente notificou todos os vereadores da situação, a Semec e amanhã [terça-feira] o secretário vai nos atender às 14 horas para apresentar uma alternativa”, disse Eduardo.



Merendeiras teriam sofrido pressão psicológica por dirigentes de instituições

PLS 32/2016

Motorista bêbado poderá ressarcir SUS por atendimento à vítima

>> Assessoria

O motorista que praticar crime de homicídio ou lesão corporal, em virtude de estar bêbado ou sob o efeito de substâncias psicoativas, poderá ter de ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS) pelos gastos com socorro, atendimento e tratamento à saúde da vítima.

O projeto (PLS 32/2016), de autoria do senador Wellington Fagundes (PR-MT), está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal. “Todos os dias, tomamos conhecimento de inúmeros desastres, com mortos e feridos, muitos dos quais resultantes da ação de motoristas sob a influência de álcool ou drogas ilegais”, afirma o senador.

Na justificativa, o senador afirma que além da violência no trânsito,



O projeto é de autoria do senador Wellington Fagundes (PR-MT)

há também o problema do alto custo para o Estado. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2010 e 2013 ocorreram mais de 313 mil internações no SUS em decorrência do alcoolismo. Um gasto anual de pelo menos 60 milhões de reais.

“Além das tragédias humanas causadas por esses motoristas irresponsáveis, existe também o alto custo de tais atos para o Estado, vis-

to que a grande maioria das vítimas é atendida em hospitais públicos e estes atendimentos demandam um grande volume de recursos públicos”, diz trecho da justificativa do projeto.

Pelo texto, o ressarcimento também compreenderá os gastos que o SUS eventualmente efetuar com tratamentos no próprio motorista. Na prática, o condutor responderá

civilmente pelas despesas quando for também enquadrado penalmente pelos crimes de homicídio e lesão corporal devido ao acidente motivado por embriaguez ou consumo de outras drogas.

Depois de analisada pela CAS a proposta será examinada pela Comissão de Constituição e Cidadania da Casa em decisão terminativa.

SEBASTIAN

Proposta foi uma indicação de vereador tangaraense

>> Assessoria

A proposta chegou ao Senado Federal por meio de indicação aprovada pela Câmara Municipal de Tangará da Serra, sob autoria do Vereador Professor Sebastian

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) afirmou que a proposta (Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2016), de ressarcimento ao SUS por atendimento à vítima quando o motorista está bêbado ou sob o efeito de substâncias psicoativas, chegou ao Senado Federal por meio de indicação aprovada pela Câmara Municipal de Tangará da Serra, no Mato Grosso, sob auto-

ria do Vereador Professor Sebastian.

O projeto, que impõe a obrigação do ressarcimento das despesas efetuadas pelo SUS por meio de alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), tem como relator o senador Paulo Rocha (PT-AM). Depois que ele entregar à CAS sua análise, a matéria será pautada para votação.

“Acho que a combinação da multa no bolso do cara para pagar as despesas e ao mesmo tempo a multa da infração no trânsito pode reverter a esta irresponsabilidade a medida que o infrator pode pensar duas vezes antes de dirigir de novo no estado que ele foi multado ou condenado”, disse Paulo Rocha.

Tangará 2017

minha cidade

#TangaraMinhaCidade2017

Maiores informações 3326-4724. Leia o regulamento completo em www.diariodaserra.com.br

Realização: **Diário da Serra**
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Apoio:

Revele a sua Tangará

Escolha o melhor ângulo e participe!

Fotos autorais que revelem vivência com o movimento que a cidade inspira, seja na praça, na rua, nos rios, na mata, ou mesmo fotos de locais ou paisagens que façam parte do cenário tangaraense.

Envie sua foto para: tmc@diariodaserra.com.br